

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 162 - “A”

PRESIDENTE ~ DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO ~ DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO ~ DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao nobre Deputado José Carlos Freitas que assuma a 2ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA).

Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Silval Barbosa:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, a necessidade de aquisição de uma viatura para a Polícia Civil do Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, demonstrando-lhes a necessidade de aquisição de uma viatura para a Polícia Civil do Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia.

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Analândia do Norte, no Município de Marcelândia, tem uma população de aproximadamente sete mil habitantes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Nesse distrito trabalham apenas dois agentes policiais, sem nenhuma viatura, atendendo as ocorrências na sede do Distrito e nas comunidades circunvizinhas, fazendo diligências com seus próprios carros ou cedidos pela comunidade em geral.

Está no texto de nossa Constituição Federal que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. No entanto, como somos sabedores, a questão da Segurança em nosso Estado tem ficado mais a cargo da comunidade do que do próprio Estado.

Diante do exposto, confio nos meus Pares para a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de dezembro de 1999.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Telecomunicações de Mato Grosso-TELEMAT/SA a necessidade de instalação de 200 linhas telefônicas no Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Antônio Carlos Haidamus, Presidente da Telecomunicações de Mato Grosso-TELEMAT/SA, demonstrando a necessidade de instalação de 200 linhas telefônicas no Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia.

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia, tem sua economia pautada no extrativismo vegetal, com grande potencial para a agropecuária.

Atualmente este Distrito conta com apenas um posto telefônico, que não é suficiente para atender a demanda.

Quem passou por isso sabe o quanto é difícil a um empresário se manter neste mercado, competitivo e globalizado, sem poder contar com a contribuição da tecnologia do telefone. Seria, então, de suma importância para o desenvolvimento daquele Distrito a instalação de linhas telefônicas.

Cremos que com o trabalho que a TELEMAT vem desenvolvendo em nosso Estado, com a expectativa de atender cada vez mais um número maior de usuários, possa o Distrito de Analândia do Norte ser beneficiada com as linhas telefônicas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de dezembro de 1999.
Deputado SILVAL BARBOSA - PMDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Romoaldo Júnior pela brilhante entrevista hoje na TV *Gazeta*, falando sobre os trabalhos desta Casa, da qual realmente nós nos orgulhamos em pertencer.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo dias de uma nova experiência para a Baixada Cuiabana e para a Bacia do Paraguai. Nós estamos, nesses últimos dias, após o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

fechamento do canal de Manso, pela Usina de Manso, vendo o Rio Cuiabá sofrer com o fechamento. Por quê? Deputado Gilney Viana, a água que o Rio Cuiabá, que a Bacia do Paraguai recebe lá de cima não é somente do Rio Manso. Ali estão represadas as águas do Rio Manso, do Rio da Casca, do Rio Formiga e de vários córregos que deságuam nesses rios e que naturalmente viriam para o Rio Cuiabá. Ocorrendo o fechamento... Sábado, eu estive na região de Passagem da Conceição, mais acima um pouco, na Fazendinha - não a Fazendinha onde prendem os garotos da PROSOL, Fazendinha é uma comunidade que existe acima da Passagem da Conceição -, e ali eu vi a preocupação daqueles moradores, cerca de 200 pessoas, e vi a preocupação daqueles cidadãos... Na verdade, há uma ilha ali nas imediações... Eu não sei se os Deputados conhecem, tem uma ilha - está aqui o Deputado Nico Baracat que nasceu naquela região, ele sabe - acima da Passagem da Conceição, onde, fora do leito do rio, já está praticamente sem condições de trafegar, até mesmo de canoa, que é o meio mais fácil para trafegar em qualquer riacho. Então, está sendo cortada a passagem até de canoa por aquela ilha que tem acima da Passagem da Conceição...

E toda a população está preocupada, porque, segundo testemunhas, nunca ninguém tinha visto o que está ocorrendo. Toda a extensão do rio, todas as pedras que sempre estiveram submersas, estão do lado de fora, porque o rio está seco. E me comunicando com alguns técnicos, informando-me a respeito do que estaria ocorrendo, na verdade, a única esperança seria que a natureza, as chuvas substituíssem essa parte de água que está faltando para manter a lâmina do Rio Cuiabá e da Bacia do Paraguai.

Há uma preocupação muito grande, e nós só ficamos, naturalmente, mais tranqüilos, porque, graças a Deus, ontem nós tivemos uma demonstração de que Deus pode fazer todas as coisas, Deputado Gilney Viana... Começaram as chuvas, e eu tenho certeza de que dentro de poucos dias elas serão intensificadas para poder dar tranqüilidade para toda a população ribeirinha.

Eu creio que a preocupação desses cidadãos que moram às margens dos rios, principalmente do Rio Cuiabá, na parte de baixo, é muito grande. Eu, por exemplo, Deputado Romoaldo Júnior, que aprendi a nadar quando tinha dois anos e meio aqui no Rio Cuiabá...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:15 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra o nobre Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Romoaldo Júnior - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo um aparte ao Deputado Romoaldo Júnior.

O Sr. Romoaldo Júnior - O ilustre Deputado Benedito Pinto traz em boa hora essa preocupação quanto ao fechamento das comportas da barragem do Manso. V. Ex^a dizia que no último sábado estive na Passagem da Conceição, e eu, por coincidência, estive ontem num almoço, em uma chácara na beira do Rio Cuiabá, lá na Passagem da Conceição, e a preocupação dos ribeirinhos era muito grande, Deputado. Só no dia de ontem, nessa chácara, de propriedade do empresário Jairo Mioto, onde nós estivemos, foram recolhidas vinte caxaras mortas, que estavam rodando no rio.

Então, a preocupação é muito grande, mesmo com o período de chuvas que se aproxima, porque a morte constante de peixe nesse trecho vai causar, sem dúvida, um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

desequilíbrio muito grande na região do Pantanal. Eu creio que Furnas, a Eletrobrás, fizeram um Estudo de Impacto Ambiental escolhendo a data para o fechamento das comportas, mas era previsível que isso iria acontecer, já que as chuvas estão atrasadas no Estado de Mato Grosso e temos conhecimento de que o Rio Manso, com os seus afluentes, são os grandes despejadores de água no Rio Cuiabá, praticamente mais de 20% da água que corre em Cuiabá vem da barragem do Manso. E a preocupação do ribeirinho é muito grande. Eu não tenho dúvida de que nesse período de Piracema, com a morte desses peixes, o desequilíbrio que vai ocorrer na Bacia Pantaneira será muito grande.

Então, a preocupação de V. Ex^a é muito importante neste momento, e nós gostaríamos de pedir para a Comissão de Terras e Meio Ambiente ter uma audiência com o pessoal de Furnas, da Eletrobrás, no sentido de saber o que está sendo feito, já que as chuvas estão chegando, mas ainda estão atrasadas, trazendo a preocupação. E fico feliz em saber que V. Ex^a, com dois anos, já sabia nadar no Rio Cuiabá. Se fosse nos dias de hoje, com certeza, com um ano V. Ex^a já estaria nadando, porque o rio realmente baixou, e baixou muito...

Quero agradecer V. Ex^a por ter assistido a nossa entrevista hoje, falando dos trabalhos da Assembléia Legislativa, falando da votação do PPA, valorizando os Deputados Hermínio J. Barreto e Zê Carlos do Pátio, de Rondonópolis, que foram os grandes contemplados na aprovação de suas emendas, mas também os Parlamentares que já lá na Secretaria de Planejamento incluíram as suas sugestões para as regiões Norte, Sul, Leste e Oeste, depois de um trabalho tão bonito da Assembléia Legislativa, que foram essas Audiências Públicas convocadas pelo Deputado Humberto Bosaipo, em que parte de Mato Grosso mostrou para a Assembléia Legislativa as carências das suas regiões. Parabéns, Deputado Benedito Pinto!

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado, Deputado, pelo seu aparte, e me orgulho em poder incorporá-lo ao meu discurso.

É exatamente para mostrar essa preocupação e apresentar algumas sugestões para a Assembléia Legislativa, porque, na verdade, o Poder Legislativo não pode deixar passar em branco uma situação de desespero, de uma população importante do Estado, que é a população ribeirinha, porque esse fato que o Deputado Romoaldo Júnior traz aqui, na verdade, o que está acontecendo é a falta do oxigênio na água, Deputado Gilney Viana, por isso é natural que esses peixes morram.

Então, nós temos aqui uma Comissão de Terras e Meio Ambiente, e essa Comissão deve acionar a empresa responsável, deve acionar também a Defesa Civil do Estado de Mato Grosso, para que ela também possa desempenhar o seu papel. A Defesa Civil tem que estar atenta nesse momento em que se vê um fato que nunca aconteceu aqui na região da Bacia do Paraguai. Então, é bem-vinda a barragem de Manso, é bem-vindo o parque aquático que vai se formar com a lagoa, de quarenta e dois mil hectares inundados - é bem-vindo -, são bem-vindos os duzentos e dez megawatts de energia que vêm para o Estado. Tudo isso é bem-vindo, Deputados!

Nós também não podemos fechar os olhos, Deputado Romoaldo Júnior, porque foram vinte caxaras... Vinte caxaras mortas, Deputado Joaquim Sucena, representam a perda de mais de um milhão de peixes, e se eles se reproduzissem nessa época da piracema, elas reproduziriam, Deputado Pedro Satélite, o suficiente, ou seja, mais de um milhão de peixes, Deputado Gilney Viana... Vinte e poucas caxaras têm condição de reproduzir dois mil... Se essas ovas fossem colocadas em laboratório, haveria mais de um milhão de caxaras,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado Nilson Leitão! Então, veja o prejuízo que isso causa para a sociedade, para o povo, para o futuro.

Então, eu estou sendo bem prático. Nós temos que acionar a Defesa Civil... Nós temos - através da Comissão de Terras e Meio Ambiente, com a Presidência do Deputado Silval Barbosa, que tem desempenhado um papel importantíssimo - que convocar, aqui na Assembléia Legislativa, para explicar para os Srs. Deputados qual é a situação real desse processo, o que eles podem soltar de água, em quanto tempo, porque senão nós vamos ter problemas sérios. Eu acho que a Assembléia Legislativa tem que tomar uma posição. E a posição correta é através da Comissão de Terras e Meio Ambiente, acionando a Defesa Civil do Estado de Mato Grosso e acionando a Empresa Furnas, que é responsável pela barragem do Rio Manso.

Eu faço um apelo aqui ao Presidente e à Comissão para que, antes mesmo do recesso, ainda hoje, ou na próxima semana, acione essas pessoas que são responsáveis para que possamos ter uma explicação. Se retardar um pouco as chuvas, eles vão ter que abrir lá para soltar água, para não causar prejuízos como já estão causando.

Só esse exemplo que o Deputado Romoaldo Júnior deu aqui, de vinte caxaras que estavam mortas, nós temos uma perda de mais de um milhão de alevinos, tranqüilamente, Deputado Humberto Bosaipo.

Para encerrar, quero dizer aqui que quando eu disse no começo que com dois anos e meio eu já sabia nadar, Deputado Carlão Nascimento, isso faz parte da vida do ribeirinho, assim como faz parte também de qualquer tribo indígena, Deputado Francisco Monteiro, porque a criança tem que aprender a nadar logo que ela começa a andar. Então, os ribeirinhos de Mato Grosso, principalmente os ribeirinhos da Bacia do Paraguai, ensinam, Deputado Romoaldo Júnior, seus filhos não só a nadar, como também a remar para defender o dia-a-dia, e até mesmo o pescado... Este é um costume dos ribeirinhos, é um costume das tribos indígenas, e quero dizer aos Senhores que nós, cuiabanos natos, mato-grossenses natos, temos muito em comum com as tribos indígenas aqui do Estado de Mato Grosso. Então, é natural que isso aconteça, porque a defesa do cidadão que mora às margens do rio é saber nadar. Se ele não souber nadar, Deputado Hermínio J. Barreto, ele está tranqüilamente condenado, a qualquer momento, a morrer... É a defesa pessoal do ribeirinho, o filho tem que, assim que começar a andar, aprender a nadar, porque eu já presenciei, aqui nas margens do Rio Cuiabá, enchentes, em que de madrugada as casas foram invadidas pelas águas e ao amanhecer do dia já tinha mais de um metro de água dentro das casas. Então, é natural, pela lei da sobrevivência, que as crianças aprendam a nadar tão logo comecem a andar.

Na verdade, essa preocupação, Deputado Silval Barbosa, nós passamos a V.Ex^a, que é o brilhante Presidente da Comissão de Terras e Meio Ambiente e que defende, como eu defendo, o grande Rio Peixoto, que, sem dúvida nenhuma...

O Sr. Silval Barbosa - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - ...quem conheceu o Rio Peixoto antes do garimpo e conheceu depois do garimpo sabe quais são os danos à natureza.

Concedo um aparte, com prazer, ao Deputado Silval Barbosa.

O Sr. Silval Barbosa - Muito obrigado. Eu quero dizer aqui, Deputado Benedito Pinto, que eu vou, ainda hoje, requerer ao Secretário Frederico Müller, à assessoria dele, que entre em contato conosco para termos um esclarecimento por parte de Furnas, da Diretoria de Meio Ambiente que há em Furnas e que está cuidando da parte ambiental, para,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

na terça-feira à tarde, Deputado, termos aqui um Parecer deles sobre essa questão grave que está acontecendo no Rio Cuiabá. É preciso ver o que pode ser feito para contornar essa situação, tendo em vista a colocação feita pelo Deputado Romoaldo Júnior.

É séria essa denúncia que V. Ex^a está trazendo à Assembléia Legislativa, é muito séria, e a Comissão de Terras e Meio Ambiente, não só o Presidente, mas todos os Deputados membros - e eu convido V. Ex^a, que está preocupado e é autor de um projeto brilhante na questão da pesca, da Lei da Pesca - vão ouvir a Diretoria de Furnas, o Departamento Ambiental de Furnas, mas eu quero também a FEMA acompanhando esse depoimento, esse esclarecimento por parte de Furnas. Essa é a minha colaboração.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu parabeno V. Ex^a, Deputado Silval Barbosa, e peço também que coloque a Defesa Civil do Estado nesta audiência também, porque ela tem conhecimento dessa causa, que é uma causa preocupante.

Nós que diariamente conversamos com pessoas que moram há anos e anos na beira do Rio Cuiabá, sabemos que elas têm reclamado que este é um fato inédito, é um fato que nunca ocorreu antes. Então, nós não podemos deixar que esta Casa, que é a voz do povo no Estado, fique calada numa hora dessa, nós não podemos deixar!

Veja bem a importância, como eu já disse, da barragem... Todos nós sabemos que é para gerar energia, para também termos na área ambiental, na área de ecoturismo a lagoa, mas nós não podemos acabar com um patrimônio de Mato Grosso, que é o Rio Cuiabá...

Só para se ter uma idéia do jeito que está, se retardar mais as chuvas, nós vamos ter corte em cem por cento em várias partes do rio, aqui, acima. Tem lugar em que já está quase cortado o canal, e se retardar um pouco para chover, vai ser cortado totalmente em vários pontos do Rio Cuiabá. Essa é uma preocupação muito grande. E, isto ocorrendo, todo peixe que ficar do lado onde vai ser empossada a água, vai morrer naturalmente, porque vai faltar oxigênio, e automaticamente o peixe vai morrer... Isso eu falo com conhecimento de causa, porque nós vivemos isso aqui. Então, é uma preocupação muito grande.

E é exatamente nesta época em que o pescador está proibido de pescar por causa da Piracema, período de reprodução, que o peixe não vai reproduzir, porque nós sabemos que no processo de reprodução o peixe passa pelo movimento das águas, muitas espécies fazem a reprodução na época do rio cheio, quando as águas têm movimentação para a reprodução. E isso não está ocorrendo. O prejuízo é incalculável para a produção de peixe do Estado de Mato Grosso, é incalculável! Além dos peixes que estão morrendo, que vão morrer, ainda há o problema da reprodução, o problema da Piracema, o período da procriação dos peixes, o período que precisa de água para as espécies desovarem, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Então, é preocupante, e mais do que preocupante, a situação.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Nobre Deputado, V. Ex^a, pela experiência que tem nesta Casa, quando fala... Nós até conhecemos a questão da pesca predatória, da Piracema também, e já cansamos até de conversar com V. Ex^a, fico muito feliz em ver um pronunciamento à altura desse de V. Ex^a neste momento...

Nobre Deputado Benedito Pinto, estão acontecendo tantas situações, e eu quero fazer uma denúncia no plenário desta Casa, inclusive estou encaminhando essa denúncia por escrito à FEMA - e nós queremos fazer uma Emenda à Lei da Pesca também -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

porque inventaram agora uma gaiola, nobre Deputado, uma gaiola da região do Teles Pires... Eles põem essa gaiola com um miniguincho e pegam, a cada vez, de trezentas a quinhentas espécies da matrinxã... Eles põem uma gaiola no rio, Deputado Gilney Viana, pesando em torno de cem quilos, ela abaixa de uma vez, e com um guincho eles levantam. É uma gaiola com a boca grande para entrar e vai afunilando...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Informo ao nobre orador que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Então, para terminar o meu aparte, quero congratular-me com V. Ex^a e dizer que esse é mais um meio de eles burlarem a lei, porque o peixe não sai malhado, não tem possibilidade de malha, e é vendido tranqüilamente. Tira-se não sei quantas mil espécies do rio, de uma forma que nós ainda não proibimos na Lei da Pesca, e vamos ser obrigados a fazer uma Emenda, para que isso não possa acontecer e para que a FEMA não possa mais deixar isso acontecer dentro dos rios de Mato Grosso. Agradeço pelo aparte que V. Ex^a me concedeu.

O SR. BENEDITO PINTO - Sou eu que agradeço, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Isso é pesca predatória, isso é proibido! Essa denúncia tem que ser encaminhada para a Polícia Florestal, para a FEMA, para o IBAMA, porque nós não podemos permitir isso. Pode contar comigo, porque tudo que vem para destruir a natureza, nós somos contra. Então, eu acredito que devemos denunciar isso à FEMA e também ao IBAMA. O IBAMA, que já gosta de multar, ele vai multar esse pessoal, porque está errado, e isso não pode ser usado.

O Deputado José Carlos Freitas, o defensor do abate de jacarés, já tem demonstrado sua preocupação aqui - e eu disse para ele que não concordo, porque eu sou a favor de que deixem os jacarés em paz, para o equilíbrio do ecossistema...

Encerrando, Sr. Presidente, fica aqui essa preocupação, eu agradeço ao Deputado Silval Barbosa e faço questão de participar dessas reuniões para debater com as pessoas, pelo menos ver qual seria a solução mais rápida possível, mais viável, para que não se cause maior prejuízo do que já está sendo causado - e já estão causando um grande prejuízo!... Os que já morreram, já foram, mas os peixes que irão morrer, aqueles que deixarão de reproduzir agora na Piracema, porque há espécies, várias espécies, desde as mais conhecidas, como o pacu, pintado, curimatã, a piraputanga, elas só desovam com a água em movimento... Então, se isso não está ocorrendo, naturalmente, essas espécies terão problemas genéticos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados:

Talvez eu não tenha outra oportunidade de usar o Grande Expediente, por isso mesmo eu gostaria de fazer um rápido balanço das atividades daquelas Comissões das quais eu participo, e, particularmente, da Comissão de Terras e Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Silval Barbosa, de quem eu estou muito a gosto para elogiar a atuação, não só a dele, mas a do Deputado Moacir Pires e do Deputado José Carlos Freitas, com quem nós temos comungado intervenções nesta área, que eu acredito que têm sido produtivas, e o fato de que nós termos opiniões diferenciadas sobre determinados assuntos não impede que nós possamos intervir quando é um assunto de interesse coletivo.

Eu gostaria de registrar que a Comissão de Terras e Meio Ambiente, tradicionalmente aqui na Casa - e eu não estava aqui, o Deputado Nico Baracat conhece mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

do que eu isso -, ela sempre trabalhou mais com terras do que com meio ambiente. Espero que eu esteja refletindo a verdade... Ela não está deixando de trabalhar com terras, ela só está começando a trabalhar com o meio ambiente, que é outra faceta, é outro componente, é outra variável dos seus objetivos.

Nós estamos começando a perceber - como também o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Moacir Pires, o Deputado José Carlos Freitas e o Deputado Pedro Satélite - que na questão ambiental não se trata apenas de ser contra ou a favor do manejo do jacaré, como é o caso de uma tese levantada pelo Deputado José Carlos Freitas, segundo a qual na medida em que a população, a espécie de jacaré cresce, é preciso fazer um manejo, não necessariamente, talvez, o abate, para compatibilizar o ecossistema.

Eu gostaria de dizer para o Deputado Moacir Pires que eu entendi o espírito da sua proposta, e acho que o espírito é bom, a intenção é boa, só não concordo com essa forma de manejo, porque é possível fazer outras formas de manejo em outras oportunidades... (NESTE MOMENTO, O DEPUTADO NICO BARACAT DIALOGA COM O DEPUTADO GILNEY VIANA.)

O Sr. José Carlos Freitas - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Só um pouquinho, Deputado.

Desculpe-me, Deputado José Carlos Freitas, é que o Deputado Nico Baracat fez uma ressalva aqui, de que no Relatório nós e o Deputado Nico Baracat, membro da Comissão - eu gostaria de registrar aqui sobre a intervenção de Manso - ressalvamos a nossa impossibilidade de intervir na questão do meio ambiente, na deficiência de um parecer técnico, que nós não conseguimos sobre o assunto. Então, eu já faço esse registro, mas vou voltar a esse tema.

Inicialmente, eu estava falando que na questão ambiental não se trata apenas de manejo de uma espécie, seja do jacaré, como o Deputado José Carlos Freitas estava colocando, mas nós estamos percebendo agora, e não só o Deputado Silval Barbosa, o Deputado José Carlos Freitas, o Deputado Moacir Pires e o Deputado Nico Baracat, que a questão ambiental é de como se organiza a produção, como é o seu comportamento, e tudo isso tem um impacto ambiental.

Então, veja V. Ex^a o seguinte: a Usina de Manso é um grande investimento econômico, importante para o Estado; agora, não se pode fazer um investimento dessa magnitude sem olhar o seu impacto ambiental, porque o impacto ambiental da Usina de Manso pode - olhe bem o que eu vou falar para V. Ex^a, Deputado José Carlos Freitas -, pode inviabilizar a Usina de Manso. Se for comprovado que é inviável manter uma quantidade de água suficiente para tocar as turbinas de Manso, em prejuízo do ciclo hidrológico do Rio Cuiabá e do Pantanal, eu não tenho dúvidas, a Usina de Manso está inviabilizada. Eu vaticino isso, eu prevejo isso, eu falo que é possível que a Usina de Manso, se os técnicos não provarem que podem conter a água e ao mesmo tempo administrá-la pelas suas comportas, em quantidade suficiente para manter a vida do Rio Cuiabá e não alterar o ciclo hidrológico do Pantanal, se eles não demonstrarem isso, não só na nossa Comissão de Terras e Meio Ambiente, mas eu digo que vai haver uma grita internacional contra Furnas, e eu duvido que eles agüentem a pressão.

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado Gilney Viana?

O SR. GILNEY VIANA - Antes ao Deputado José Carlos Freitas, por uma questão de precedência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. José Carlos Freitas - Deputado Gilney Viana, eu gostaria de dizer que respeito V. Ex^a por ser um grande defensor do meio ambiente - e ainda tenho o privilégio de fazer parte da Comissão de Terras e Meio Ambiente, junto com V. Ex^a, nesta Casa de Leis -, e quero dizer que em relação a Furnas eu também acho que, talvez, fechar as comportas da barragem num momento inoportuno, sem talvez ter observado as vazantes do rio e a época, o tempo, porque as condições climáticas de Mato Grosso mudaram muito nos últimos anos, tendo em vista que aqui em Mato Grosso, com essa mudança climática que está havendo de cinco anos para cá... Talvez tivesse sido necessário que a Usina de Manso fizesse uma nova avaliação, os ambientalistas da própria empresa e também das universidades aqui deviam ter verificado, talvez devessem ter esperado uma vazante melhor de chuva, melhores condições de chuva, para poder fechar as comportas da barragem e evitar realmente esse acidente ecológico que houve aqui.

Em relação ao jacaré, Deputado, eu quero dizer que não estou entrando com um Projeto de Lei para abater jacaré, não, muito pelo contrário...

O SR. GILNEY VIANA - Mas ficou uma imagem de que V. Ex^a é o maior matador de jacarés de Mato Grosso!

O Sr. José Carlos Freitas - Eu quero deixar bem claro que eu entrei com um pedido ao IBAMA para que fizesse um estudo para ver e rever a superpopulação de jacarés no Pantanal, porque eu pude constatar, a olho nu, o grande número de jacarés existentes ali. E nós já temos várias denúncias, Deputado Alencar Soares, na região do Pantanal, em Poconé e em Barão de Melgaço - eu estive conversando com vários pescadores -, de que o jacaré está comendo pintado, caxara e o pacu também, mais uma que nem eu mesmo sabia. E, além disso, causando um grande risco para a população, porque o rio está seco, está baixo, e os jacarés estão com fome, estão invadindo os campos e mordendo bois, estão pelos quintais comendo galinha, porco, estão atacando mesmo...

Eu quero aqui fazer um alerta à população mato-grossense sobre o grande risco, porque onde tiver jacaré é preciso tomar os maiores cuidados. Aqui nós temos um depoimento do nosso amigo Deputado Humberto Bosaipo, que viu quando um vaqueiro foi se abaixar numa lagoa e, infelizmente, um jacaré conseguiu decepar o braço dessa pessoa. E eu já vi casos, aqui no Pantanal, de crianças que caíram e o jacaré infelizmente decepou...

E tem mais uma, Deputado Gilney Viana, eu vou contar uma história só para encerrar... Tinha um camarada que matou um jacaré na estrada, jogou-o no porta-malas do carro e foi embora - uma piadinha rápida só para encerrar -, e lá na frente, Deputado Gilney Viana, estourou o pneu do carro desse cidadão... Ele foi abrir o porta-malas para pegar o estepe e o macaco - ele pensou que o jacaré estava morto -, e o jacaré infelizmente decepou a cabeça do cara.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Deputado.

Eu quero dizer a V. Ex^a que essa piada nos obriga ao seguinte raciocínio: o que for feito de mal à natureza, a natureza oportunamente vai devolver. As vezes demora um ano, dez anos, cem anos, mas ela vai dar o troco, essa é a lição que nós podemos tirar, e que, aliás, Furnas deveria tirar.

O Sr. Benedito Pinto - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Eu concedo um aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Muito obrigado, Deputado Gilney Viana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Só para colaborar com o seu pronunciamento em dois aspectos, se existiu alguma precaução ambiental, ecológica, por parte da equipe de Furnas, ela se esqueceu de que exatamente neste período nunca poderia ser interrompido, porque nós estamos no período da Piracema, Deputado Gilney Viana...

O SR. GILNEY VIANA - Eu sei.

O Sr. Benedito Pinto - ...Então, se a equipe teve alguma precaução ecológica, ela falhou na mais importante, porque neste momento as espécies que vivem na Bacia do Paraguai estão se reproduzindo, e se tiver o problema da água o prejuízo vai ser enorme. E eu digo mais, em termos de prejuízo, Deputado Gilney Viana, a Usina de Manso não representa um por cento do valor do Pantanal Mato-grossense - não representa um por cento! É preferível perdermos mil usinas de Manso do que levarmos este choque ao Pantanal, que é uma riqueza do Estado!

Então, eu concordo com V. Ex^a: se existiu algum Estudo de Impacto Ambiental, ele foi furado quando não previu que esse período agora é da Piracema, e que a partir do mês de fevereiro seria o momento, porque termina a Piracema, e é o momento em que os rios estão com uma quantidade de água suficiente para suportar o período do fechamento. Então, se existiu algum estudo, ele foi falho; se existiu algum estudo, ele foi fraco e impensado!

O SR. GILNEY VIANA - Eu aceito o aparte de V. Ex^a e concordo com o raciocínio. Agora, eu quero perguntar: sistematicamente, em que Furnas errou? Primeiro, Furnas está olhando o interesse econômico. Eles têm o interesse de privatizar Furnas e têm a necessidade econômica de viabilizá-la logo, para que ela se torne vendável. É essa a questão! Eu não acredito que um EIA/RIMA feito há 15 anos ainda tenha validade, e não obstante ter havido todo esse intervalo de tempo, Furnas não fez uma reavaliação adequada do EIA/RIMA.

Segunda questão: todo mundo sabia, e nós conversamos com Furnas, alertamos o Diretor de Meio Ambiente, que fechar as comportas, tentar atingir 80% da capacidade do lago em maio, quer dizer, reter toda água do Manso e dos afluentes que jorram no Manso a montante da barragem... Acontece o seguinte, o maior afluente do Rio Cuiabá é exatamente o Rio Manso, então, se se retém as águas do Manso, se retém as águas do Cuiabá, e é natural que cause um impacto ambiental não só para os peixes, mas para todo o ecossistema da Bacia do Paraguai, da Bacia do São Lourenço, da Bacia do Cuiabá, da Bacia do Manso, de trás para frente ou de frente para trás, irresponsabilidade técnica, irresponsabilidade ambiental!

Pois bem, agora vejamos, é por isso que está havendo a mortandade. O Deputado Benedito Pinto está analisando as coisas corretamente. A jusante da barragem... E outra coisa, eu recebi denúncias de que existe população humana, a cinco quilômetros abaixo da barragem, que está com falta de água, porque a água está se tornando imprópria para o consumo a jusante da barragem, abaixo da barragem, e aquelas populações ribeirinhas estão com problema em ter água para beber - água para beber! -, não é somente para peixe, é para a espécie humana, para o *homo sapiens*. Então, esse tipo de coisa não pode ser tolerada.

Agora, os grandes objetivos estratégicos, o tal aproveitamento múltiplo do Manso, existem dois que são demagógicos, que são falsos, não são verdadeiros, e a vida vai mostrar que Furnas está errada... Dizer que vai regular o Rio Cuiabá, vai transformá-lo em rio navegável, eu vou pagar para ver! Vou pagar para ver Manso transformar o Rio Cuiabá em navegável, para os navios chegarem ao Porto - vou pagar para ver! E se isso ocorrer,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

contra a nossa expectativa, aí sim que a vitória será de Manso, será de Furnas, mas o desastre será de toda a humanidade, porque eles estariam retendo água, ou soltando água, contra a natureza do Pantanal, porque a natureza do Pantanal é de cheias e vazantes, não é de água regulada.

Quem é pantaneiro aqui, quem é de Mato Grosso, sabe muito bem disso. Qual é a riqueza do Pantanal, Deputado Wilson Teixeira Dentineho? É exatamente porque tem cheias, é uma planície, o rio transborda, represa, e favorece o húmus para a multiplicação das várias espécies de aves migratórias, espécies que vão para onde tem alimento e riqueza. Se se estabelece uma cota de água média, não terá enchente. Então, se se quebra a lógica, a “hidrológica” do Pantanal, destrói-se o Pantanal. Então, esse objetivo de transformar o Rio Cuiabá em rio navegável, em subir uma cota de quase um metro do Rio Cuiabá, quase um metro do rio Cuiabá... Eles estão querendo subir para poder torná-lo navegável, e se isso for alcançado - eu não acredito que vão alcançar e rezo para não alcançarem -, causará um dano ambiental muito forte ao Pantanal. E aquilo que os especialistas diagnosticaram do impacto ambiental, da Hidrovia Paraná/Paraguai, vai acontecer com essa mini-hidrovia do Rio Cuiabá, quer dizer...

O Sr. Wilson Teixeira Dentineho - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Concedo um aparte a V. Ex^a, Deputado Wilson Teixeira Dentineho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Nós elaboramos o nosso projeto, um projeto de iniciativa popular - e nós vamos ter que pegar praticamente duzentas e cinqüenta mil assinaturas para aprová-lo nesta Casa de Leis -, para a proibição da pesca por dois anos, a partir de 2001, e tudo isso que V. Ex^a falou, nós já estudamos alguns assuntos... V. Ex^a, dias atrás, disse-me - e até nós conversamos particularmente - que o que acabou com o Rio Paraguai foi a navegação, as barcas. V. Ex^a sabe disso, sabe que ali se transporta, se produz, mas, infelizmente, pode passar qualquer produção que estiver ali, não sei quantos milhões de toneladas de soja, que não recupera nunca mais o meio ambiente!

O homem também, nobre Deputado Gilney Viana - inclusive eu faço parte desse grupo... Nós temos que analisar que nós, enquanto homens, também estávamos errados ao destruir o Rio Mutum com aquelas lanchas de 100Hp, 150Hp, 250Hp, que entravam no Rio Mutum e iam até a ponte...

Este ano, para se ter uma idéia, no Rio Mutum não passa mais nem canoa, Deputado Gilney Viana. Tem que empurrar canoa de pescadorzinho da beira do rio mesmo... Imaginem um motor de 15, 25, nem se pensa mais... A Baía de Chacororé e de Siá Mariana virou picadeiro de cavalo, tinha que estar marcando com estaca - inclusive saiu até uma reportagem no Fantástico sobre o que aconteceu na Baía...

Nós estamos vendo, hoje, falar na questão da Hidrovia Araguaia/Tocantins, e nós temos que pensar muito sobre isso...

E ano que vem, Deputado Gilney Viana, nós temos que contar com o apoio desta Casa de Leis, dos Srs. Deputados, um Projeto inconstitucional... Nós vamos ter que aprovar ou pedir para o Governador, ou ao IBAMA, uma lei para que esses barcos grandes, acima de 30Hp, não entrem na Baía de Chacororé, não entrem no canal do Rio Mutum, que acabou... E nós estamos falando isso porque nós conhecemos! E aí tem o Rio Vermelho, o Teles Pires, tudo isso o homem está destruindo - V. Ex^a sabe disso. Se nós não começarmos a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

fazer leis aqui para proibir isso, os nossos filhos não vão conhecer essas riquezas nunca. Obrigado pelo aparte.

O SR. GILNEY VIANA - Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu acolho o seu aparte e quero deixar claro, primeiro, que V. Ex^a está correto na sua iniciativa; segundo, que nós precisamos, existe um projeto - inclusive federal - que tenta, ali no São Lourenço, Piquiri, transformar aquela região numa área específica de pesca, proibindo a pesca profissional, e permitindo só a amadora - aquela em que se pega e solta. Existe isso, que é mais ou menos compatível com a idéia que V. Ex^a anda defendendo.

Outra questão é que eu estou aguardando um estudo de especialistas sobre navegabilidade dos rios Paraguai e Paraná... Uma comissão internacional de grandes especialistas está fazendo, e vai divulgar o estudo agora, e com esses estudos, eu estou pedindo a parceria de V. Ex^a, nós faremos um projeto de lei para regular essa navegação. É óbvio que não se pode falar que a pessoa vai ter um navio ou barco deste ou daquele tamanho sem a opinião de um especialista, porque senão nós podemos cometer equívocos, nós podemos cometer erros. Então, de uma forma técnica, correta, com parecer de especialistas, nós vamos fazer isso.

Para terminar, eu agradeço a V. Ex^a - eu estou inteiramente de acordo -, e o que V. Ex^a falou sobre... Eu estava fazendo um paralelo entre a Hidrovia Paraguai/Paraná e a preocupação que havia para se regular as águas do Paraguai e impactar no Paraná. Agora, essa mesma preocupação tem que se ter com a regulação das águas do Cuiabá, porque vai ter um impacto semelhante no Pantanal. O Paraguai impacta no Pantanal, V. Ex^a sabe, de um lado, porque a velocidade da água represa toda a água...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - É verdade!

O SR. GILNEY VIANA - ...que vem, aí formam-se as baías, os corixos ficam cheios, com isso se traz alimentos para aquelas espécies que ficam ali...

Então, vejam bem, esse fenômeno pode ocorrer com o Rio Cuiabá, independente do Rio Paraná, ou do Paraguai, no caso aqui em cima. Agora, se as águas... Qual o estudo que Furnas tem para manter uma cota de 0,97cm acima da média no Rio Paraguai, sobre o Pantanal? Não tem estudos!...

Em função disso, o Deputado Silval Barbosa, Presidente da Comissão de Terras e Meio Ambiente, com muita proficiência, acatou a sugestão do...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o Deputado Gilney Viana dispõe de três minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Eu estou finalizando. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu já tinha falado, pessoalmente, com o Deputado Silval Barbosa que nós da Comissão de Terras e Meio Ambiente deveríamos chamar os responsáveis por Furnas, para que nós ouvíssemos o parecer deles, a opinião deles, como já fizemos em relação aos impactos sociais, e fizemos um acordo... Eu gostaria de revisar isso, porque foi um acordo, numa belíssima atuação da Comissão de Terras e Meio Ambiente, no qual o Deputado Silval Barbosa, eu, o Deputado Moacir Pires, o Deputado Nico Baracat, nós intercedemos, fizemos um acordo que melhor resguardasse os direitos dos ribeirinhos e das pessoas desalojadas pela barragem de Manso.

Agora, nós vamos fazer um acordo sobre impacto ambiental, porque lá no Juízo ambiental fizeram um ajuste de comportamento, mas nós queremos aqui que esse ajuste

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

seja ampliado, porque lá diz respeito apenas em relação à vazão de água a jusante da barragem, e o impacto que tem sobre os peixes e a mortandade dos peixes, nós queremos a respeito do impacto sobre o Rio Cuiabá, sobre a população ribeirinha, que vive do rio, e sobre a população e o ecossistema pantaneiro.

Outra coisa, eles têm vários projetos. Como é que eles estão fazendo com a fauna lá? É questionável também... Então, nós queremos esses esclarecimentos, e eu estou de acordo com os Deputados Benedito Pinto e Silval Barbosa, já tomamos a decisão e o Presidente já nos autorizou a fazer o convite ao representante de Furnas, particularmente ao seu Diretor de Meio Ambiente, ao representante da FEMA, do IBAMA, da Defesa Civil, Dr. Iglésias, e à Universidade, porque há especialistas da Universidade, Deputado Silval Barbosa, que vêm estudando isso... Há doze anos a Dr^a Carolina e o Sr. Sérgio, que foi o primeiro Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, denunciaram à Justiça que o projeto da Usina Hidrelétrica de Manso ia causar, como já está causando, impactos ambientais irreversíveis, que danificariam ou danariam o Rio Cuiabá, a Bacia Cuiabana e o Pantanal Mato-grossense, e é isso que nós queremos tirar a limpo, porque, não se enganem, não seriam os quinhentos milhões de reais da Usina Hidrelétrica de Manso que pagariam o desastre ambiental que condenaria o Pantanal Mato-grossense. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passarmos à Ordem do Dia, queremos registrar aqui, com satisfação, a presença do ilustre Prefeito de Nova Bandeirantes, Sr. Anselmo, a pedido do Deputado Humberto Bosaipo e do Deputado Riva.

Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Indicação de autoria do Deputado Silval Barbosa ao Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando a aquisição de uma viatura para a polícia civil do Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia.

Em discussão a Indicação. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Indicação de autoria do Deputado Silval Barbosa ao Presidente da TELEMAT, solicitando a instalação de duzentas linhas telefônicas no Distrito de Analândia do Norte, Município de Marcelândia.

Em discussão a Indicação. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Convido o Deputado Riva para reassumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:01 HORAS.)

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, o Partido havia nos indicado para participar da CPI que vai apurar as irregularidades praticadas dentro do DETRAN, e eu quero informar a V. Ex^a que, primeiro, em função de eu já pertencer a seis Comissões aqui nesta Casa - eu estou presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, além disso estou com a relatoria do PPA e do Orçamento para o ano que vem -, em função do número de trabalho que eu já tenho nesta Casa, eu gostaria de pedir que fosse indicado um outro Parlamentar em nosso lugar, em função de todo o trabalho que nós temos. E eu também já havia sido indicado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

para participar da Comissão da CPI do Narcotráfico e também declinei, em função do trabalho que já tenho...

E, além disso tudo, eu tive a oportunidade de dirigir o DETRAN por três anos, na primeira administração do Governador Dante de Oliveira, e como nesse Requerimento não se fala nada sobre a época que essa CPI vai apurar, pode ser que qualquer um dos Parlamentares queira também investigar a época em que eu dirigi o DETRAN, então, não fica bem eu fazer parte dessa Comissão. Portanto, eu saio da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai apurar as irregularidades do DETRAN. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu solicito ao Líder da Bancada do PSDB que faça a indicação de um novo nome para suprir a retirada do Deputado Carlão Nascimento.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, ontem eu pedi vista do Projeto do Plano Plurianual e cobre aqui do Líder e do Vice-Líder desta Casa, Deputado Rene Barbour e Deputado Alencar Soares, a responsabilidade de acompanhar os Projetos do Governo aqui quanto à questão dos Precatórios...

Nós mantivemos, inclusive, contato telefônico com o Secretário-Chefe da Casa Civil, o Dr. Maurício Magalhães, e eu quero dizer, por sinal, que ele abandonou a Assembléia Legislativa, e ele devia estar aqui neste momento, porque ele é o responsável político do Governo para dar respostas aos Deputados, e não colocar os Deputados em fria, como está colocando o Deputado Rene Barbour e o Deputado Alencar Soares... Eu fui fazer uma intervenção ontem, a favor de V. Ex^a, em relação ao Pró-café, e infelizmente o Dr. Maurício Magalhães não sabe nem por onde anda esse Projeto... Lamentavelmente, o Secretário-Chefe da Casa Civil, que é o responsável direto pela intermediação política com o Poder Legislativo, está adotando uma posição de irresponsabilidade, tratando as coisas da Assembléia Legislativa por telefone...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu não concedo ainda, porque não terminei meu raciocínio. Aguarde e eu vou conceder.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em palavra pela Ordem não é permitido aparte...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu quero dizer a V. Ex^a que eu exijo respeito na questão dos precatórios. Se o Governo tem problema da Casa Civil com a Procuradoria não é problema do Deputado Humberto Bosaipo e nem da Assembléia Legislativa, porque esteve aqui neste plenário a Procuradora-Geral do Estado, Dr^a Sueli Capitula, e a Dr^a Mônica, que ficou encarregada de vir aqui, como veio realmente, tratar das questões dos precatórios com a Polícia Militar, com as especialistas da Educação, com o Clube de Diretores Lojistas e com os empresários que participaram daquela audiência.

Por último, a Procuradoria, num estudo com a nossa Assessoria, autorizou que fizéssemos algumas emendas no Projeto... A minha revolta, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, é porque a Procuradoria nos autorizou a negociar as emendas com as entidades classistas, e eu me comprometi publicamente em relação às emendas, inclusive o repasse de 25% dos municípios, a ser feito pelo Estado... O Deputado Benedito Pinto acompanhou esse trabalho dos precatórios junto comigo, e eu não aceito que o Secretário-Chefe da Casa Civil, por telefone, venha me dizer que não podem ser incluídas essas emendas no Projeto. Eu sou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado da base Governista até o momento em que eu entender que o Governo tem respeito por esta Casa! Se não fizermos assim, nós não vamos ter aqui a autoridade que precisamos ter como Deputados.

Eu não sou capacho de Governador, eu não tenho nenhum cargo lá no Governo e nem quero nenhum cargo do Governo! O meu Partido, o PPS, manteve contato com o Governador, e eu disse a ele claramente, Sr. Presidente - e disse ainda muito mais -, que se ele não tomasse conta da Segurança do Estado, se ele não tomasse uma providência em relação aos crimes do Estado, a Segurança iria derrubar o Governador, quão tamanha é a irresponsabilidade, tanto do Comando da Polícia como da Secretaria de Segurança deste Estado. Agora, há os apaniguados, e eu não aceito isso...

Devolvo, Sr. Presidente, o Projeto do Plano Plurianual. Não sou eu que serei empecilho para votar matéria aqui. Eu sei da minha responsabilidade... Eu sou o primeiro a se levantar em defesa do Poder Legislativo, e não aceito essa brincadeira, essa molecagem, que estão fazendo aqui com relação aos precatórios - eu gostaria muito que o Secretário-Chefe da Casa Civil estivesse aqui para que eu pudesse falar isso para ele pessoalmente.

Por último, eu quero dizer que teremos aqui a reunião da Comissão do Narcotráfico, da qual, agora, eu sou membro titular, e quero comunicar aos Srs. Deputados que já foi feito, pela Deputada Serys Slhessarenko, nossa ilustre Presidente da Comissão, o pedido para que estejam aqui, hoje, de 80 a 100 policiais, inclusive com helicóptero, com armamento pesado e com segurança máxima, porque a pessoa que será ouvida aqui já fugiu três vezes de penitenciária de alto padrão, foi apreendida com 153kg de cocaína em Chapada dos Guimarães, e nós tememos, a Presidente da Comissão, na reunião que tivemos ontem, teme que possa haver uma fuga quando o indiciado vier fazer o seu depoimento. Quero avisar aos Srs. Deputados que essa reunião será no Auditório Milton Figueiredo e algumas dependências da Casa serão fechadas, por nossa ordem, para segurança policial.

A imprensa e as pessoas terão acesso à inquirição do acusado, e nós teremos, também, detector de metal... E aí eu quero pedir a colaboração dos jornalistas... Nós já autorizamos o Capitão, responsável por isso, a fazer a revista. Isso não é nenhuma desonra à classe dos jornalistas, é apenas porque, os senhores sabem disso, esse pessoal do narcotráfico infiltra gente em todos os lugares. Os Srs. Deputados terão lugar reservado no Auditório, mas nós pedimos o máximo de cuidado, porque se trata de uma questão muito delicada, e essa questão do narcotráfico apenas começou a ser tratada aqui no Estado de Mato Grosso.

Essa reunião da CPI, Sr. Presidente, será às 14:00 horas, no Auditório Milton Figueiredo. Eu espero que tudo dê certo, Deputada! Esse é um desafio que V. Ex^a tem pela frente e pode contar com o nosso irrestrito apoio, estaremos lá dando o apoio necessário para que a Deputada Serys Slhessarenko possa desenvolver um trabalho a contento - e eu peço muito cuidado com relação às questões que possam ocorrer aqui, hoje, os maus entendimentos, principalmente com a valorosa imprensa.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu me solidarizo com o Deputado Humberto Bosaipo e quero lamentar, também, Deputado Rene Barbour, que num momento tão importante de apreciação de matéria de interesse do Governo, nós e a Bancada do Governo, que deve consultar tudo com o Governo, o Secretário-Chefe da Casa Civil esteja ausente...

De fato, é lamentável que isso ocorra e, infelizmente, nós temos dificuldade em conduzir as discussões. O Deputado Zé Carlos do Pátio quer discutir a redução de ICMS,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

outros querem discutir emendas, outros querem discutir não sei o quê... E nós temos que ficar presos ao telefone... É difícil!... Difícil, mesmo!

Eu concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Para manifestar, Sr. Presidente, a minha surpresa, porque o Deputado Humberto Bosaipo foi sempre um Deputado muito equilibrado nas suas atitudes, e eu acho que não há motivo para essa revolução toda...

Eu quero dizer a V. Ex^a que o Secretário-Chefe da Casa Civil não se encontra em Mato Grosso. Naturalmente, se ele se ausentou, hoje, é porque houve necessidade, algum motivo para ele se deslocar até Brasília, senão ele estaria nos atendendo. Ele é um Secretário que nos atende, que nos dá retorno, e acredito que tenha atendido sempre o Deputado Humberto Bosaipo, com aquela precisão que lhe é peculiar.

Agora, é preciso que se analise se esse precatório não tem outros alcances, porque, segundo a informação que tenho - e eu não estudei o assunto em sua profundidade -, esse Artigo 1º vai dar oportunidade para ninguém mais pagar imposto - vão deixar o imposto atrasar para comprar precatório. E depois, como é que se paga os duodécimos? Como é que se mantém a Segurança Pública? Como é que se mantém o setor de Saúde? Como é que se mantém toda essa estrutura do Estado, se se tornar um hábito não pagar imposto, Deputado Humberto Bosaipo? É preciso uma análise com mais profundidade.

Eu sei que é anti-regimental, Sr. Presidente, o pedido de palavra pela Ordem na Ordem do Dia, mas como haviam quebrado o nosso Regimento Interno, eu me achei no direito de voltar a este microfone.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo que não foi quebrado o Regimento Interno. O Deputado Humberto Bosaipo pediu a palavra, pela Ordem, para devolver o Projeto e explicar as razões que o levaram a retirá-lo.

Eu quero apenas dizer o seguinte, o Governo estava ausente da Audiência Pública. A Audiência Pública do Precatório era o foro ideal para dizer isso que V. Ex^a disse aqui, porque o Governo não disse isso. O Deputado Humberto Bosaipo realizou uma Audiência Pública e houve concordância. Então, a Audiência Pública era o foro ideal para essa discussão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero saber que missão o Secretário Maurício Magalhães teve em Brasília, que era mais importante que estar aqui acompanhando as matérias da Assembléia Legislativa, no término do seu trabalho, no final do ano, em que nós estamos tendo Sessões de manhã, à tarde e à noite... Que missão é essa que ele teve mais importante do que estar aqui?

Realmente, em muitas coisas aqui eu acusei a Mesa Diretora da Casa e a Assembléia Legislativa, mas eu quero agora depositar a culpa ao Governo, como Líder da Bancada do PMDB, por estar ausente nas discussões que aqui foram feitas, como a questão da tarifa de ICMS sobre a energia elétrica... Por que o Sr. Secretário Válder Albano não vem aqui? Nós estamos cobrando a presença de vários Secretários para podermos discutir algumas coisas que são fundamentais.

Então, quero aqui hipotecar apoio à Mesa e dizer aqui o seguinte: realmente os Projetos, quando são rápidos, de interesse, vêm aqui e são aprovados rapidamente, quando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

são de interesse público, e nós fizemos Audiência Pública aqui sobre os precatórios, e eles têm que ser aprovados, como também tem que ser aprovado o Projeto que trata do café... Chegou aqui um Projeto, ontem, muito importante, muito bom, o Deputado Zé Carlos do Pátio vai votar a favor, mas queriam que fosse votado ontem mesmo, rapidamente, que é o Projeto do incentivo ao boi e ao couro... Tudo bem, vamos aprová-lo... Por que também não aprovam os outros, se nós estamos cobrando há tanto tempo aqui, e nós já discutimos em Audiências Públicas? Então, quero aqui hipotecar apoio à Mesa nessa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo aos Srs. Deputados que não concederei mais a palavra pela Ordem, na Ordem do Dia.

Continua em discussão...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, foi citado o meu nome neste microfone, eu tenho o direito, até regimental...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Rene Barbour já usou da palavra... Eu peço desculpas ao Deputado Rene Barbour...

O Sr. Rene Barbour - Por que o Deputado Zé Carlos do Pátio pode vir aqui e usar esse microfone?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Porque V. Ex^a já usou.

O Sr. Rene Barbour - Eu tenho direito de voltar outra vez.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Não!

Continuam em discussão os Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, já com as emendas acatadas e anunciadas na Sessão de hoje. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovados.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários da Deputada Serys Slhessarenko e do Deputado Gilney Viana. Por ter sofrido emendas, vai à Redação Final.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a pediu tardiamente.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Basta V. Ex^a prestar atenção na Sessão que vai dando certo...

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a não estava no microfone e não pediu no momento correto!

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 316/99, Mensagem nº 57/99, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a assumir dívidas junto à União, decorrentes de tributos federais e contribuições sociais de suas empresas públicas, sociedades

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

de economia mista, autarquias e fundações. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu estou impossibilitado de falar devido ao barulho deste Plenário...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Peço a atenção dos Srs. Deputados, já que temos um Deputado na tribuna para discutir uma matéria.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Esta Mensagem do Governo - é bom até que os Srs. Deputados prestem bem atenção para depois não alegarem que estão votando sem saber - é uma matéria que vincula parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE... É como se estivessem, alguns dos Senhores, numa prefeitura e tivessem que vincular parte do Fundo de Participação dos Municípios-FPM...

Eu concordo com esse Projeto, mas tenho uma dúvida com relação ao Tribunal de Contas da União, porque eu tenho visto, pela *Internet*, Sr. Presidente, algumas jurisprudências do Tribunal, algumas sentenças, proibindo vinculação de Fundo de Participação dos Estados em dívidas - isso já ocorre na prática com os Municípios. E aqui o Poder Executivo pede autorização para assumir dívidas junto à União decorrentes de tributos federais, contribuições sociais de suas empresas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações.

Deputado Wilson Teixeira Dentineho, V. Ex^a, que é representante da EMPAER, de outros órgãos - eu estou vendo aqui o nosso ilustre Secretário de Agricultura, Deputado Chico Daltro, com muita honra -, é necessário... E aqui tem uma Portaria, uma Medida Provisória tratando desse assunto com os Estados, em que a União autoriza até o dia 31 de janeiro de 2000 algumas obrigações de responsabilidade dos Municípios...

Isso é muito perigoso, porque a Lei Kandir está exatamente retirando dos Estados parte dessas receitas, e eu temo muito por esta questão. Só quero chamar a atenção dos Srs. Deputados em relação a essa matéria, que é uma matéria que deveria se discutir mais e infelizmente ela chegou aqui e foi lida no dia 07 de dezembro. Devolvo-a, portanto, Sr. Presidente, ressaltando que esta é uma matéria que há de se ter muito cuidado ao aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão.

O Sr. Wilson Teixeira Dentineho - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentineho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, eu pedi para discutir, mas, tendo em vista a colocação de V. Ex^a, eu não vou pedir vista. Vou aguardar a posição do Governo sobre a questão do Deputado, sobre o que ele falou, até por considerar questões da EMPAER, da CEPROMAT, de várias empresas de economia mista que estão na dependência da regularização perante o FGTS e o INSS. Então, vamos aguardar a posição do Governo para que nós possamos tomar as nossas posições.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, para discutir.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos o pedido de vista ao Projeto de Lei nº 316/99, Mensagem nº 57/99, para que nós possamos fazer um estudo mais aprofundado desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputado. Concedo vista ao Deputado Nico Baracat, por 24 horas.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 317/99, Mensagem nº 58/99, que dispõe sobre a alteração da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Saúde - SES e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Redação Final.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 296/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que institui o Dia da Luta pela Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em Redação Final, Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do Deputado Riva:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da dependência química em matérias constantes da grade curricular de 1º e 2º graus das escolas públicas e privadas, elaborado e monitorado pela Secretaria Estadual de Educação.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É obrigatório o estudo de dependência química e suas consequências neuropsicológicas e sociológicas – uso de drogas - a partir das matérias constantes do núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado de Educação para as escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Os setores da supervisão e orientação escolar das unidades de ensino poderão convidar especialistas no assunto para ministrar conferências, palestras, simpósios e outras atividades pedagógicas, preferencialmente dispondo de apoio dos núcleos existentes no Estado das entidades que atuam no esclarecimento, repressão, recuperação e interação do dependente químico.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Parágrafo único As atividades mencionadas no *caput* deste artigo, além de consideradas de relevante interesse público, poderão valer-se do apoio da Secretaria de Estado de Saúde, que disponibilizará os meios e recursos ao seu alcance.

Art. 3º A cada 03 (três) meses a unidade educacional oferecerá uma palestra sobre o tema constante da presente lei, direcionada aos pais e/ou responsáveis pela matrícula do estudante, podendo convidar as lideranças das entidades representativas de todos os segmentos religiosos, comunitários, esportivos e sociais da localidade onde esteja instalada.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Em discussão a Redação Final. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 289/99, de autoria do Deputado Silval Barbosa, que proíbe o uso de armas de fogo por servidores do IBAMA, SEMA E FEMA, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Terras e Meio Ambiente.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero, como administrador da Casa, encaminhar à Mesa um Projeto de Lei sobre a regulamentação do Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo, de autoria da Mesa Diretora:

**Dispõe sobre a regulamentação do
Instituto de Seguridade Social dos
Servidores do Poder Legislativo.**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO INSTITUTO E SEUS FINS

Art. 1º O Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, com a sigla ISSSPL, é uma autarquia com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei 6.031, de 10 de julho de 1992, que foi reprimada pela Lei 6.088, de 28 de dezembro de 1998, e modificada pela Lei 7.099, de 30 de dezembro de 1998.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 2º O ISSSPL tem sede na Capital do Estado de Mato Grosso, na Rua Barão de Melgaço, 2391, Bairro Centro, onde serão realizadas as reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Art. 3º Compete ao ISSSPL, prestar aos servidores do Poder Legislativo e seus dependentes, os benefícios de ordem funcional instituídos em lei.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º Compõem a administração do ISSSPL:

I - Órgãos de deliberação coletiva:

a) Conselho Deliberativo;

b) Conselho Fiscal.

II - Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho Deliberativo será composto por 3 (três) conselheiros, sendo dois deles indicados pela Mesa Diretora e um pelas entidades representativas dos servidores de forma alternada no tempo que lhe convier.

§ 2º O Conselho Fiscal será composto por 3 conselheiros, sendo o seu Presidente o servidor que presidir o Grupo Executivo de Licitações. O segundo membro será indicado pelas entidades representativas dos servidores de forma alternada, no tempo que lhe convier. O terceiro membro será indicado pela Mesa Diretora da Assembléia.

Art. 5º A estrutura administrativa do ISSSPL, compõem-se de:

1) Diretoria Executiva:

1.1 Assessorias Executivas.

2) Supervisão Executiva:

2.1 Divisão Administrativo-Financeira;

2.2 Divisão de Saúde;

2.3 Divisão de Contabilidade.

§ 1º O ISSSPL não poderá admitir servidor a qualquer título.

§ 2º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso expedirá ato de nomeação dos servidores para o exercício dos cargos da estrutura administrativa do ISSSPL.

§ 3º A Assembléia Legislativa colocará à disposição do ISSSPL os servidores necessários aos seus serviços, com os direitos e vantagens do seu cargo efetivo.

Seção I

Conselho Deliberativo

Art. 6º Ao Conselho Deliberativo, compete:

I - fiscalizar a administração da Diretoria Executiva;

II - receber denúncias de irregularidades cometidas por qualquer dos funcionários do ISSSPL;

III - propor à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa a destituição de qualquer dos membros administrativos do ISSSPL, por escrito, acompanhados de documentos comprobatórios;

IV - intervir no ISSSPL a qualquer momento, *ad referendum* da Mesa Diretora, quando ocorrerem atos considerados graves;

V - receber, analisar, aprovar e dar encaminhamento ao Orçamento recebido da Diretoria Executiva.

Seção II **Conselho Fiscal**

Art. 7º Ao Conselho Fiscal compete:

I - aprovar os balancetes e balanços, bem como a tomada de contas do ISSSPL, e encaminhar à Diretoria Executiva para apreciação final;

II - solicitar os serviços técnicos da Assembléia, através do 1º Secretário, para auxiliar no parecer técnico dos balancetes e balanços;

III - receber, apreciar e encaminhar à Diretoria Executiva o Orçamento do Instituto.

Seção III **Diretoria Executiva**

Art. 8º À Diretoria Executiva compete:

I - encaminhar aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, para avaliação, o Orçamento do Instituto;

II - baixar normas reguladoras das atividades do Instituto, assim como fiscalizar as suas aplicações;

III - apreciar processos que importam na interpretação do texto deste regulamento, bem como das normas que forem baixadas;

IV - assinar juntamente com o gerente da Divisão Administrativo-Financeira os balancetes e balanços, bem como a tomada de contas do Instituto, e encaminhar ao Conselho Fiscal para apreciação e demais providências;

V - requisitar ao 1º Secretário os servidores e serviços necessários para o bom funcionamento do Instituto;

VI - representar o Instituto em juízo;

VII - assinar cheques juntamente com o Gerente da Divisão Administrativo-Financeira;

VIII - fazer designação por portaria dos servidores à disposição do Instituto;

IX - representar e tudo fazer pelo bom nome e andamento das funções do Instituto;

X - conhecer de todos os assuntos de interesse do Instituto, dando-lhes o encaminhamento devido;

XI - encaminhar balancetes e balanços ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único Em caso de ausência, impedimento, morte ou renúncia, o Diretor Executivo será substituído pelo Supervisor Geral, até nova indicação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

Seção IV **Supervisor Geral**

Art. 9º Ao Supervisor Geral compete:

I - dar todo o apoio necessário ao Diretor Executivo para o bom funcionamento do ISSSPL;

II - comunicar ao Diretor Executivo qualquer irregularidade existente, seja de ordem administrativa, financeira ou jurídica;

III - registrar e manter sob seus cuidados os arquivos, materiais, e outros bens imóveis ou móveis do ISSSPL;

IV - supervisionar, orientar e cobrar os serviços prestados pelos funcionários à disposição do Instituto;

V - cumprir e fazer cumprir este regulamento, o Regimento Interno e todos os atos normativos baixados pela Diretoria Executiva;

VI - controlar a frequência, manter fichário e o bom desempenho dos funcionários do ISSSPL;

VII - prestar contas dos serviços administrativos do ISSSPL ao Diretor Executivo;

VIII - substituir o Diretor Executivo em caso de seu impedimento legal.

Seção V

Divisão Administrativo-Financeira

Art. 10 À Divisão Administrativo-Financeira compete:

I - receber, cadastrar, orientar e supervisionar o trabalho dos servidores à disposição do ISSSPL;

II - receber, supervisionar e dar encaminhamento ao Supervisor Geral dos processos de pensão;

III - providenciar condições ideais de trabalho aos funcionários do ISSSPL;

IV - pesquisar, comparar preços e auxiliar nas comprar e aquisições dos materiais, permanentes ou não, do ISSSPL;

V - receber, organizar e guardar notas, recibos, atos normativos e contratos que são de interesse do ISSSPL;

VI - receber, fazer pagamentos e assinar cheques com o Diretor Executivo.

Seção VI

Divisão de Saúde

Art. 11 À Divisão de Saúde compete:

I - fazer escalas de trabalho dos seus funcionários;

II - fazer cumprir e supervisionar o trabalho do atendimento médico, odontológico e social;

III - auditar contas médicas, odontológicas e hospitalares, e encaminhá-las, após análise e aprovação, à Divisão Administrativo-Financeira;

IV - fazer visitas hospitalares de rotina, averiguando a qualidade do atendimento prestado aos pacientes internados;

V - fazer visitas domiciliares aos enfermos e às famílias socialmente necessitadas e providenciar os auxílios necessários;

VI - auxiliar na manutenção e guarda dos equipamentos, aparelhos, materiais permanentes e de consumo à disposição da Divisão de Saúde;

VII - promover e supervisionar campanhas de prevenção de doenças, de higiene, e de promoção social em caráter periódico e rotineiro.

Seção VII

Divisão de Contabilidade

Art. 12 À Divisão de Contabilidade compete:

I - organizar os serviços de tal forma que permita o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos serviços, o levantamento dos balancetes e balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 13 Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no balanço orçamentário, balanço financeiro, no balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

CAPÍTULO III

Seção I

Da Receita

Art. 14 A receita do ISSSPL será constituída de:

I - contribuição dos servidores ativos e inativos na base de 8% (oito por cento) da remuneração mensal;

II - contribuição da Assembléia Legislativa na base de 8% (oito por cento) sobre o total da folha mensal de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Legislativo;

III - auxílios e outras receitas eventuais.

Seção II

Do Exercício Financeiro

Art. 15 O exercício financeiro coincidirá com o exercício civil.

Art. 16 Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Art. 17 Proceder-se-á anualmente ao levantamento da situação financeira do Instituto.

Art. 18 A proposta orçamentária do ISSSPL obedecerá às disposições e conceitos contidos nas normas gerais do direito financeiro vigentes para o Estado, e será elaborada de acordo com as instruções baixadas para a elaboração da proposta orçamentária do Estado, ajustada às peculiaridades do ISSSPL.

Art. 19 Até o dia 31 de julho, a Diretoria Executiva deve ter a proposta orçamentária para o exercício seguinte, aprovada e enviada à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

Seção III

Das Aplicações Financeiras

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 20 A aplicação dos recursos financeiros do ISSSPL terá em vista o interesse social, a manutenção do valor real do patrimônio e a obtenção de renda satisfatória para o cumprimento de suas finalidades.

Art. 21 Observado o disposto no artigo anterior, o ISSSPL poderá realizar operações destinadas a produzir rendas, tais como depósitos a prazo fixo, em cadernetas de poupança e outras operações financeiras.

Art. 22 É vedado ao Instituto tomar empréstimos no mercado financeiro, mesmo sob a forma de antecipação de receitas.

CAPÍTULO IV
DOS ASSOCIADOS

Art. 23 Os servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa são associados obrigatórios e serão inscritos *ex officio*, sem exigência de idade ou exame de saúde no ISSSPL.

Art. 24 Os servidores da Assembléia Legislativa que vierem a perder o cargo em virtude de exoneração serão automaticamente desligados do ISSSPL.

CAPÍTULO V
DOS BENEFÍCIOS

Art. 25 O ISSSPL se responsabilizará pelo atendimento aos servidores ativos e inativos e seus dependentes no concernente à assistência médica e hospitalar, podendo fazê-lo através de convênios com empresas e profissionais legalmente habilitados.

§ 1º Os servidores recém-admitidos só usufruirão dos benefícios do Instituto após período de carência de 6(seis) meses.

§ 2º Consideram-se dependentes dos servidores:

- a) o cônjuge;
- b) os filhos, até os 21 anos ou, se estudante, até 24 anos, ou se inválido de qualquer idade, desde que comprovadamente não percebam remuneração;
- c) a mãe e o pai do segurado solteiro, sem filhos, que comprovadamente, não auferirem rendas de qualquer natureza, com justificação judicial;
- d) o (a) companheiro (a) de relação estável, na forma da lei civil.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 26 Ficam assegurados aos servidores da Assembléia Legislativa todos os direitos do período de contribuição feita ao Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso-IPEMAT.

Art. 27 Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 304/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

previnam o consumidor dos malefícios da sonegação fiscal. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão...

O Sr. José Carlos Freitas - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, este Projeto de sua autoria é de fundamental importância. Então, solicito vista ao Projeto, por vinte e quatro horas, para me inteirar melhor.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 161/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que assegura matrícula para portador de deficiência locomotora na escola pública mais próxima de sua residência e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma questão de Ordem, baseado no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma questão de Ordem, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu estou assistindo aqui, estou vendo, a Presidência conceder vista de Projeto com parecer para ser votado. O meu Regimento Interno diz que, nesse caso, tem que ser submetido ao Plenário.

Então, é só para dizer que o Regimento Interno não está sendo cumprido. Quando damos Parecer e ele vai para votação, a não ser que seja membro da Comissão e que não tenha participado do processo na Comissão... No caso de Parecer, ao ser encaminhada votação, só pode ser concedida vista com a aprovação do Plenário. Eu gostaria de informar à Mesa esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu concordo com V. Ex^a. A Presidência tem procurado flexibilizar esses pedidos de vista, porque...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou primeiro responder a questão de Ordem e, em seguida, concedo a palavra a V. Ex^a.

Há muitas coisas que nós flexibilizamos, por exemplo, encaminhamento de matéria... Encaminhamento de matéria, de acordo com o Artigo 355 do Regimento Interno, quem lê, vê que tenho sido flexível ao máximo, deixando todo mundo encaminhar matéria. Na verdade, quem não tem emenda, quem não é autor, quem não é Relator, quem não faz parte do Bloco e não é líder não pode encaminhar, mas eu tenho flexibilizado!

A questão do *quorum*, por exemplo, quantas vezes o Deputado diz assim: "Questão de Ordem, quero a verificação de *quorum*", e pede para excluir o nome dele. O nome dele não deve ser excluído, tem que ser contado. É obrigatório. Eu tenho flexibilizado para ele sair. Quando ele quiser excluir o nome dele, ele tem que pedir obstrução da matéria e retirar e citar o nome das pessoas que vão sair.

Eu tenho tentado flexibilizar, Deputado Benedito Pinto! V. Ex^a conhece muito bem o Regimento Interno, eu agradeço, e uma vez eu fiz uma reunião do Colégio de Líderes e comuniquei que se fosse para levar a "ferro e fogo", eu levaria, mas acontece que nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

tivemos, hoje, aqui, a reclamação dos Líderes. Eu concordo com V. Ex^a, eu acho que nós vamos passar a executar o Regimento Interno na íntegra. E para executar o Regimento Interno na íntegra, quem pedir questão de Ordem, a partir de agora, tem que citar o Artigo e dizer o assunto que quer. Vou conceder, pela última vez, sem citar o motivo, questão de Ordem para V. Ex^a, e depois os demais terão que citar.

Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - O motivo é exatamente o que V. Ex^a está falando, Deputado. V. Ex^a decidiu, diversas vezes, pela não concessão da vista, nós não podemos trabalhar nesta Casa com dois pesos e duas medidas. V. Ex^a está tomando uma atitude muito certa, e nós temos que respeitar rigorosamente o Regimento Interno. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou respeitar, porém, na reunião do Colégio de Líderes, quando foi tratado sobre esse assunto, faltou a maioria dos Líderes, foi decidido que nós flexibilizaríamos. Mas, agora, eu vou seguir o Regimento Interno na íntegra...

Em 1^a discussão, Projeto de Lei n^o 161/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, que assegura matrícula para portadores de deficiência locomotora na escola pública mais próxima de sua residência e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Sr. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei n^o 302/99, de autoria do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que torna obrigatória a contratação de pessoas habilitadas em atendimento médico e adequação de equipamentos para o mesmos nos hotéis, pousadas e embarcações turísticas. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei n^o 305/99, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a proibição de implantação de caixas postais comunitárias no âmbito do Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário da Deputada Serys Slhessarenko. Vai ao Arquivo.

Em 2^a discussão, Projeto de Lei n^o 292/99, Mensagem n^o 50/99, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei n^o 3.800, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1^o (LIDO). Em discussão o Artigo 1^o. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2^o (LIDO). Em discussão o Artigo 2^o. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 82/99, de autoria do Deputado Amador Tut, que dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações com cana-de-açúcar e outros produtos destinados à fabricação de álcool, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu quero aqui parabenizar o Projeto do Deputado Amador Tut, que dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações com cana-de-açúcar e outros produtos destinados à fabricação de álcool, e dá outras providências.

Veja bem, Sr. Presidente, hoje existe uma competitividade muito grande com referência à questão da viabilidade da produção agrícola, tanto no Brasil como no exterior. Os governos da Europa, os governos americanos subsidiam a agricultura. Se nós não começarmos a subsidiar a agricultura, subsidiar a cana-de-açúcar, que é uma produção mato-grossense, nós estamos perdendo a competitividade dos nossos produtos.

Quero aqui hipotecar apoio ao Projeto do Deputado Amador Tut, porque nós temos que criar incentivos para a nossa produção, porque isso gera empregos e ganha competitividade.

Sr. Presidente, para terminar meu discurso, quero aqui dizer que eu votei a favor do Plano Plurianual, porque eu vi que a Comissão de Constituição e Justiça acatou a maioria das emendas que eu apresentei - aliás, foi um dos fatores preponderantes, até porque nós tivemos audiências públicas no Estado todo, e eu achei que eles iam rejeitar e não rejeitaram, rejeitaram poucas emendas.

Deram parecer contrário à Emenda do Deputado Gilney Viana, e esse parecer contrário, Deputado Gilney Viana, eu sempre estive ao lado do PT, sempre estive ao lado das lutas em prol da classe trabalhadora, mas eu tive, desta vez, que votar contra a sua emenda, Deputado, porque, na verdade, havia dois caminhos, ou defender a reforma agrária, alternativas e assentamentos na Gleba Divisa, ou defender uma política de meio ambiente, que nós não tínhamos ainda em mãos toda a documentação para discuti-la.

O PT, que é o Partido que sempre defendeu a reforma agrária, jamais iria...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Peço que V.Exª se atenha à discussão da matéria, em cumprimento ao nosso Regimento Interno.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que eu estou discutindo a matéria sim, porque, na verdade, o incentivo ao ICMS da cana-de-açúcar, o incentivo ao pequeno produtor tem que ser incluído conjuntamente.

Então, eu quero aqui pedir a todos os Deputados, à Bancada de Oposição para derrubarmos o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Agora, companheiros, é uma missão... Vamos todos derrubar, inclusive os Deputados Governistas, que também, realmente, apóiam esse projeto do Deputado Amador Tut, porque nós vamos colocar em pauta uma discussão fundamental para Mato Grosso. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Amador Tut - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, em 1998, ainda em fevereiro, foi feita uma reunião com todos os Secretários Estaduais - não apenas Secretários Estaduais de Mato Grosso -, onde ficou definido que esse produto, a cana-de-açúcar, para produzir açúcar, álcool e outros derivados, ficaria isento de ICMS, e ainda que o Estado e o Município fizessem esse benefício, poderiam se socorrer ainda na ANEEL para trazer os recursos... Ela faz essa distribuição, adotando os Estados que concederem esse benefício...

Se nós, Deputados, simplesmente negarmos este Projeto de Lei, nós estaremos sendo os principais interruptores do futuro do nosso Mato Grosso. Agora, se o Governo, após a análise dele, a decisão dele, ele quiser vetar, tudo bem. Aí nós vamos ver se nós derrubamos, mas a Comissão já ter dado um Parecer contrário é porque eles não leram o anexo que tem aqui...

Inclusive, Deputado Carlão Nascimento, V. Ex^a é o Presidente de uma das Comissões, e eu gostaria que V.Ex^a prestasse atenção neste anexo. Não fui eu que o escrevi, isso foi o Governo Federal... Eu estou demonstrando, Deputado Carlão Nascimento, por gentileza, porque eu acho que os Deputados precisam ter um pouquinho mais de bom-senso, de interesse, fazer um pouquinho mais de análise, com dedicação.

Está aí, junto, onde ele pode se socorrer dos seus prejuízos. Não fui eu que fiz essa Mensagem! Isso aí já veio, foi assinado em abril de 1999, informando ao Governo do Estado, aos Municípios que perderem essa receita, que procurem a Agência Nacional de Petróleo, já tem o repasse a eles disso aí...

E nós aqui em Mato Grosso, neste mundão de meu Deus, com tudo quanto é dificuldade, ficar obrigado a recolher, sendo que nacionalmente se abriu o negócio... Eu já estou triste do tempo que este meu Projeto ficou aqui dentro sem andar, e agora ele ainda vem negativo!...

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a lesse o acompanhamento do Projeto com mais carinho, porque nós tratamos aqui nesta Casa do “Pró-carne”, do “Pró-café”, do Pró-algodão, do Pró-madeira, do “Pró-cana”, não é? Por quê? Ah! O que é isso? Esperem aí! Por gentileza! Ainda é um dos produtos que nós produzimos e consumimos, e de todos eles é o de maior giro econômico e de criação de emprego também. Ainda no período em que o cidadão, o colono, o sem-terra não tem oportunidade nem de cuidar da sua agricultura, ele tem oportunidade, de maio a novembro, de estar trabalhando nas usinas de álcool e nas usinas de açúcar. Ele cria a possibilidade de poder viver lá no interior, porque hoje esses coloninhos que têm lá cinco, dez, vinte alqueires, eles não têm como sobreviver se eles não tiverem um emprego paralelo. E, hoje, no Estado de Mato Grosso, direto, nós damos vinte e cinco mil empregos nessa área.

Esperem aí, Senhores! Desculpe-me, Sr. Presidente, mas eu gostaria que isso fosse revisto. Eu vou pedir ao Líder do Governo que libere a sua Bancada. Se o Governo não quiser, que derrube, mas libere a sua Bancada para que vote contra o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Hermínio J. Barreto - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUT - Concedo o aparte ao nobre Deputado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores, porque, realmente, o Deputado Amador Tut nos chama a atenção para um convênio assinado, Deputado Rene Barbour, no dia 16 de abril de 1999, em Fortaleza, entre o Ministro da Fazenda e os Secretários de Estado de Fazenda de todo o País, na reunião do CONFAZ, em Fortaleza.

“O Ministro do Estado da Fazenda, o Secretário de Fazenda, Finanças e Tributação e o Gerente da Receita dos Estados do Distrito Federal, na 93ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Fortaleza-CE, no dia 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolveram celebrar o seguinte convênio...”, que é este convênio... E este Projeto de Lei, de autoria do Deputado Amador Tut, traz benefícios àqueles que produzem a cana-de-açúcar e que geram neste Estado vinte e cinco mil empregos, um Estado que precisa criar alternativas para gerar empregos aqui no Centro-Oeste. Eu não tenho dúvida de que, realmente, é um Projeto de Lei...

Ou, então, Deputado Amador Tut, V. Exª converse, se é que o Governo vai aqui pedir para votar contra, para que o próprio Estado, como mandou para cá a lei de incentivo ao couro, mande, com certeza, a lei de incentivo aos produtores de café, a lei de incentivo ao algodão, que a minha região, a Cidade de Rondonópolis e o Sul do Estado, é altamente beneficiada em todo o Estado de Mato Grosso, a lei da questão da madeira, se preocupe, o mais rápido possível, em enviar a esta Casa de Leis projeto que venha a beneficiar a produção de cana-de-açúcar, para que possamos gerar mais emprego, dando condições de abaixar mais o ICMS, e para que nós possamos ter no álcool a grande alternativa de petróleo no Brasil e, principalmente, no Estado de Mato Grosso.

Eu quero, aqui, cumprimentá-lo pela iniciativa de V. Exª, e dizer que, independente da Liderança do Governo, eu estarei votando esse Projeto se ele for colocado em pauta, mas, se nós, da Bancada do PL, inclusive, Deputado Amador Tut, tivermos que conversar com a Secretaria de Fazenda, com o Governador do Estado, para que ele remeta, porque o que se coloca aqui é que esta lei é anticonstitucional e que será colocada pelo Deputado Carlão Nascimento, nós fazemos aqui um apelo para que o Governo tome a iniciativa e mande, como mandou outras leis de benefício para este Estado, também, em benefício do álcool e da cana-de-açúcar. Muito obrigado e parabéns pela iniciativa de V.Exª.

O SR. AMADOR TUT - Nós agradecemos.

O Sr. Rene Barbour - V. Exª me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUT - Concedo um aparte ao Líder do Governo, Deputado Rene Barbour.

O Sr. Rene Barbour - Deputado Amador Tut, nós sabemos das dificuldades de se produzir álcool em Mato Grosso. Mato Grosso não consome todo o álcool produzido aqui no Estado. Então, esse álcool tem que ir para Goiás, para Goiânia, tem que ir para Paulínea... Naturalmente, se nós não tivermos um incentivo, não poderemos produzir álcool aqui para disputarmos com o Centro Sul...

Então, muito bem lembrado esse Projeto de V. Exª, que é um Projeto que auxilia o meio ambiente, é um combustível que não polui, é um combustível que gera empregos, vinte e cinco mil empregos em Mato Grosso, evita-se que se gaste divisas com petróleo, endividando o País... É preciso que se dê uma estrutura a esse sistema do álcool.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu estarei, aqui, até fazendo uma defesa em causa própria, mas é público e notório que as usinas estão afundadas! É preciso uma providência, ainda que seja inconstitucional, Deputado Carlão Nascimento, porque nós respeitamos a Comissão de Constituição e Justiça... Seria o caso de a Assembléia mandar um lembrete ao Governador, através desse Projeto, porque ele precisa mandar para cá uma mensagem para que se regulamente os impostos que recaem sobre o álcool em Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. AMADOR TUT - Muito obrigado, Deputado Rene Barbour.

Eu lhe perguntaria...

O Sr. Romoaldo Júnior - Concede-me um aparte, Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Pois não, Deputado.

O Sr. Romoaldo Júnior - Realmente, eu tenho conversado aqui com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e esse Projeto de V. Ex^a veio em boa hora. Esta Casa, neste ano, votou vários incentivos à madeira, ao algodão, chegou aqui, também, um programa de incentivo ao couro, e nada mais justo que ter um incentivo à produção de cana-de-açúcar, aos alcooleiros. E nós vamos votar para derrubar o Parecer e aprovar esse Projeto de V. Ex^a.

E faremos aqui um compromisso com V. Ex^a, juntamente com a Bancada do Nortão, o Deputado Jair Mariano, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Riva, de nos ajudar no Projeto de incentivo ao café. Ontem, esse Projeto foi bastante discutido aqui, vamos cobrar do Governo, para que ainda antes do recesso envie esse Projeto de incentivo ao café, até porque é um desejo, uma aspiração do povo do Nortão, que tem esse problema do incentivo ao café, principalmente na região de Bandeirantes, Nova Monte Verde, região de Alta Floresta, Juína, onde o Deputado Riva até tem feito um trabalho de audiência pública, já que estamos tocando naquela região, e seria injusto encerrarmos o período legislativo sem votarmos a mensagem do programa de incentivo ao café e também autorizando, aqui, e aprovando esse Projeto de iniciativa de V. Ex^a.

O SR. AMADOR TUT - Obrigado, Deputado Romoaldo Júnior.

Eu quero fazer um pedido ao Líder do Governo e ao Vice-Líder, se é possível liberar a Bancada e se eu poderia contar com o voto dos dois...

A essas alturas, a Bancada foi liberada, e eu devo contar com o voto do Líder, porque do Vice-Líder eu me reservo o direito de deixá-lo com as suas decisões. Gostaria, nesse momento, de contar com a Liderança do PFL, do PMDB, do PTB, do PPB, do PSB...

Eu quero fazer um pedido, também, para o nosso Presidente... Sr. Presidente, V. Ex^a, ontem, foi taxativo no Pró-café.. Eu vou estar com V. Ex^a no Pró-café, espero que V. Ex^a esteja comigo na causa da cana-de-açúcar...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - E V. Ex^a no "Pró-açúcar" também, Deputado.

O SR. AMADOR TUT - Deixe comigo!

Então, eu peço ao Líder do nosso Bloco Autonomia, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que nos dê esse apoio, e vamos derrubar o Parecer, porque não é culpa do Deputado Carlão Nascimento, talvez ele venha cumprindo seus deveres, mas nós temos que lembrar ao Governador...

O Sr. José Carlos Freitas - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUT - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Carlos Freitas - Deputado Amador Tut, é óbvio que o Governo está realmente procurando conceder incentivos que vão ao encontro dos anseios da classe

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

empresarial, não somente ajudando a atrair novos investidores, como também na geração de mais empregos. Eu acho que o caminho é esse, Mato Grosso precisa realmente se modernizar, ter uma visão ampla, principalmente agora, para o ano 2000 que se aproxima, e essa visão moderna do Governo do Estado em mostrar que este Estado precisa realmente crescer, progredir e gerar mais empregos, mais riquezas, nós estamos aqui apoiando o Pró-madeira, o “Pró-álcool”, o “Pró-café”, Deputado Riva, o PROALMAT, do algodão...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. José Carlos Freitas - ...Já encerrarei. Como chegou também o Pró-couro... Eu vou apoiar o Projeto de V. Ex^a, pode contar com a Bancada do PPB...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que já se esgotou o tempo de V. Ex^a.

O Sr. José Carlos Freitas - ...mas quero contar com o apoio de V. Ex^a também para o Pró-couro. Muito obrigado.

O SR. AMADOR TUT - Nós estamos discutindo, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sim.

O SR. AMADOR TUT - Para discutir, são quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vinte minutos, Deputado.

O SR. AMADOR TUT - Mas eu não usei os vinte minutos ainda!

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado Amador Tut, a não ser que o relógio aqui esteja caminhando rapidamente, já foram vinte minutos. Como o Projeto de V. Ex^a é consenso, pode contar com o meu apoio - inclusive, eu acho que é importante.

O SR. AMADOR TUT - Então, já contando com o voto do Sr. Presidente, eu acho que nós deveremos ter, no mínimo, 99% dos votos aqui hoje. Eu vou riscar uns votos, porque acredito que posso perder o voto do Deputado Carlão Nascimento e, no máximo, do Vice-Líder, mas o resto eu acho que vai votar maciçamente a favor do Projeto.

Então, eu libero para que seja votado, Sr. Presidente, e conto com V. Ex^{as}. Não sou eu, é Mato Grosso, é o desemprego, é a poluição, é isso que precisamos...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, gostaria apenas de justificar aqui a questão do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Por mais que o Deputado Amador Tut faça parte da Bancada de Situação, e o Deputado Rene Barbour, que é o Líder do Governo, defenda o Projeto, não custaria nada sentar com o Governador e pedir que o Governador mandasse esse Projeto de Lei para cá, porque os Senhores já pensaram se cada um que defende um setor aqui começar a dar incentivo, eu não sei se vai ter dinheiro suficiente para fazer os investimentos no PPA, que nós acabamos de aprovar, e no próprio Orçamento.

Eu não sou contra o Projeto em si, nobre Deputado, o que está se discutindo aqui é a legalidade ou não desse Projeto. Quer dizer, o Parecer da Comissão é estritamente técnico. Esse Projeto de Lei não pode ser de iniciativa do Deputado, tem que ser do Executivo, e é por isso que a Comissão de Constituição e Justiça vota contrária à tramitação desse Projeto. Era só para esclarecer isso. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Eu peço aos Srs. Deputados que retornem às suas respectivas bancadas.

Convoco o Deputado José Carlos Freitas para assumir a 1ª Secretaria e proceder à contagem dos votos.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. 1º SECRETARIO - Sr. Presidente, votaram 17 Srs. Deputados contra o Parecer.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Rejeitado o Parecer o contrário. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 034/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a constituição do Conselho Estadual de Comunicação Social e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

O Sr. Carlão Nascimento - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, tendo em vista que todo o Projeto já é de conhecimento dos Srs. Deputados, solicito a dispensa de leitura e votação apenas do primeiro e último Artigos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação o Requerimento oral do Deputado Carlão Nascimento. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Art. 16 (LIDO). Em discussão todo o Projeto de Lei. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – Alencar Soares, Benedito Pinto, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal – Moacir Pires, Joaquim Sucena e Emanuel Pinheiro; da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro – José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Autonomia – Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto(PL), Silval Barbosa (PMDB) e Wilson Teixeira Dentinho (PSDB); do Bloco Parlamentar Socialista – Eliene (PSB), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS) e Romoaldo Júnior (PPS).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima, de acordo com o Requerimento, para apreciação da Redação Final do Plano Plurianual, para imediatamente após esta Sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE DEZEMBRO
DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-
SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda.